REGIÃO E GLOBALIZAÇÃO NO CONTEXTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

GIVALDO VIEIRA DE SOUSA*

Resumo:

Este artigo faz um breve resgate da evolução do conceito de região enquanto categoria geográfica da discussão da globalização e do "enfraquecimento da região" no contexto das novas tecnologias da informação e comunicação, buscando compreender o caráter de inclusão e exclusão das redes. Ele traz ainda a inclusão digital como proposta de subsídio ao desenvolvimento local/regional. A atual configuração do mundo apresenta uma interface que tem sido caracterizada por seu rápido, dinâmico e generalizado processo de integração espacial abrangendo elementos econômicos, políticos, culturais, sociais e ambientais. Nessa nova reestruturação surgem ocupações cada vez mais especializadas, como também há o aumento da informalidade, que arrasta um enorme contingente de excluídos de toda natureza, inclusive os excluídos das novas tecnologias. A inclusão digital, como uma ferramenta para apoiar o desenvolvimento local/regional, vem sendo pensada e discutida entre vários setores da sociedade em todo o mundo.

Palavras-chaves: Região, globalização, tecnologia da informação e comunicação, redes e inclusão digital.

Abstract:

This article makes a brief ransom of the evolution of the region concept while geographical category and the discussion of the globalization and the "weakness of the region" in the context of the new technologies of the information and communication, looking to understand the inclusion and exclusion character of the network. And it brings the digital inclusion as subsidy proposal to the development local/regional. The current configuration of the world presents an interface that has been characterized by its fast, dynamic and widespread process of space integration embracing economic, political, cultural, social elements and you set. In those new restructuring occupations appear more and more specialized, as well as, there is the increase of the informality that drags an enormous contingent of excluded of every nature, besides excluded them of the new technologies. The digital inclusion as a tool to support the development local/regional comes being thought and discussed all over the world among several sections of the society.

Keywords: Region, globalization, technology of the information and communication, networks and digital inclusion.

* Prof. Mestrando em Geografia/UFS e Pesquisador do Núcleo de Estudos e Elaboração de Projetos Institucionais/UESB. givaldovs@uol.com.br

Introdução

As representações de região existem desde o século XVIII, mas foi no final do século XIX, quando as ciências geográficas se projetaram, devido à expansão imperialista, que elas se estabeleceram enquanto conceito. No início do século XX surgiu, com Demangeon e Blanchard, o conceito de região como províncias. A partir daí houve o confronto entre regiões históricas e regiões geográficas (1910-1931). Estas contradições, raramente discutidas passaram, todavia a ser apresentadas como unidades regionais das nações e unidades na Geografia Universal lançada na França, no período entreguerras.

A globalização está conseguindo unir todas as instâncias do espaço geográfico, o lugar, a região, a nação e a macrorregião em uma nova realidade: a de um só mundo. Esta integração se dá através de complexas redes com intensidades variadas. E, à medida que a economia global se expande e incorpora novos mercados, também organiza a produção dos serviços avançados, necessários para o gerenciamento das novas unidades que aderem ao sistema e das condições de suas conexões em mudança contínua.

O novo paradigma das tecnologias da informação é considerado como a base material para a expansão penetrante de redes em toda a estrutura da sociedade moderna. As redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de maneira substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura.

O discurso do governo e das grandes empresas é de que as telecomunicações, associadas à informática, diminuiriam as distâncias e uniriam as pessoas, mas o que se vê é que nem todas têm acesso a essas novas tecnologias. A tecnologia é excludente e o grande beneficiário é o capital, que fica com as informações estratégicas que garantem o lucro e a exploração.

Assim, as redes trazem em si uma dualidade, pois ora incluem e ora excluem. Tal inclusão ou exclusão depende da escala observada. Se as analisarmos em escala nacional e global, por exemplo, as redes integram as grandes corporações, ao passo que, se analisadas a partir de uma escala local, elas excluem, enquanto marginalizam cidades e grupos do acesso às novas tecnologias.

A inclusão digital, como uma ferramenta para apoiar o desenvolvimento local/regional, vem sendo pensada e discutida entre vários setores da sociedade

pois o número de excluídos tem sido alarmante; a cada ano, são excluídos de todas as espécies: excluídos do consumo, das escolas, da moradia, do campo, das universidades, entre outras formas de exclusão.

Vitória da Conquista, terceira maior cidade do estado da Bahia, não está fora do contexto das transformações que vêm ocorrendo no Brasil e no mundo no tocante às novas tecnologias. Embora venha se destacando no cenário nacional e estadual e se afirmando como pólo de desenvolvimento regional e centro polarizador de mais de uma centena de municípios da região e dos estados vizinhos, também tem suas contradições.

Mas os benefícios de todo esse crescimento experimentado nas últimas décadas não têm sido espacializados e distribuídos de forma homogênea pela população. Existe um exército de excluídos, principalmente, excluídos das novas tecnologias de comunicação e informação.

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE REGIÃO

As representações de região existem desde o século XVIII e foi Reclus, na Geografia, quem colocou em evidência idéias de individualidade geográfica, com os conceitos de pólos (influência da Física) e de organismos (emprestados da Fisiologia), apoiada sobre o grande desenvolvimento das Ciências Naturais sobre correntes predominantes do pensamento (NONN 1998).

Mas foi no final do século XIX, quando as ciências geográficas se projetaram, devido à expansão imperialista, e tendo como principal corrente o determinismo ambiental, que se estabeleceu o conceito de região natural, saído diretamente do determinismo ambiental. O conceito de região natural nasceu da idéia de que o ambiente tem certo domínio sobre a orientação do desenvolvimento da sociedade (GOMES, 2003, p.56).

Estas análises remetem a uma explicação ambientalista da realidade regional. E por estar vinculada à concepção determinista, foi alvo de críticas pela corrente possibilita francesa encabeçada por Vidal de La Blache. Esse autor partia do princípio de que a natureza oferecia possibilidades para que o homem interferisse, através de sua cultura e técnica, elaborando uma região geográfica singular (CORRÊA, 1987).

Sua proposição partia da idéia de uma Geografia Regional fundada sobre bases naturalistas, trazendo o primeiro cenário de individualização de

regiões naturais, estas diversificadas em unidades mais reduzidas, matizadas segundo alguns aspectos bem diferentes, onde a originalidade se exprimia por certa fisionomia, dentro de um estilo particular de organização espacial.

No início do século XX surgiu, com Demangeon e Blanchard, o conceito de região como províncias. A partir daí houve o confronto entre regiões históricas e regiões geográficas (1910-1931). Estas contradições, raramente discutidas passaram, todavia, a ser apresentadas como unidades regionais das nações e unidades na Geografia Universal lançada na França, no período entreguerras. Nesse período imperava uma geografia regional na qual se discutia pouco ou quase nada a noção de região. Os estudos teóricos eram raros, excetuando-se os de Christaller e sua noção de *Zentralitä*, com o posicionamento da região na família dos espaços polarizados, antecipando a teoria da centralidade urbana, apoiada na lógica dos mercados de bens e de serviços. Daí emergiram conceitos como pólos, rede e hierarquia (NONN 1998).

Ainda de acordo com Nonn (1998), a região foi definida como "a zona de influência e de estruturação espacial de uma cidade, a metrópole regional" que motivou os pesquisadores engajados por Pierre George na Geografia urbana a estabelecer uma problemática regional fundada no exame dos fluxos de organização das zonas de influência e das relações entre cidades vizinhas, formando redes. A revelação dessas regiões funcionais não afastaria necessariamente a definição de áreas identificadas pelos caracteres de homogeneidade de situação, de problemas ou de dificuldades que necessitam de políticas específicas de intervenção.

A globalização e os seus processos trouxeram uma nova dinâmica para a organização do trabalho e das trocas comerciais entre as nações. A região, neste contexto, não desapareceu, como querem alguns pensadores pós-modernos. Pelo contrário, a região, enquanto conceito, ganhou novos contornos. O problema está na dificuldade encontrada em visualizar e cartografar os fenômenos, haja vista que os avanços das novas tecnologias da informação e comunicação deram uma maior fluidez à região. Esta dificuldade é interpretada erroneamente por alguns como sendo o fim ou o enfraquecimento da região ou o fim do território.

A GLOBALIZAÇÃO E O ENFRAQUECIMENTO DA REGIÃO

A globalização está conseguindo unir todas as instâncias do espaço geográfico, o lugar, a região, a nação e a macrorregião, em uma nova realidade: a de um só mundo. Esta integração se dá através de complexas redes, com intensidades variadas.

De acordo com Castells (1999, p.470), "à medida que a economia global se expande e incorpora novos mercados, também organiza a produção dos serviços avançados, necessários para o gerenciamento das novas unidades que aderem ao sistema e das condições de suas conexões em mudança contínua"

Essas mudanças referidas por Castells vêm ocorrendo no processo produtivo a partir dos anos 1980 e, com mais força, a partir dos anos 1990, somadas ao persistente declínio de regiões fortemente industrializadas (BENKO & LIPIETZ, 1994), e à rápida ascensão econômica de novas regiões (STORPER & SCOTT, 1995), culminando em profundas transformações nas teorias e nas políticas de desenvolvimento regional no final do século XX.

Tais transformações têm impulsionado os governos e as elites empresariais a se estruturar para competir na economia global e estabelecer redes de cooperação entre as instituições regionais e as empresas localizadas na área. Dessa forma, as regiões e as localidades não desaparecem, mas ficam integradas às redes internacionais que ligam seus setores mais dinâmicos (CASTELLS, 1999, p.471).

A dinâmica dessas redes globais vem provocando desequilíbrios regionais. Esses desequilíbrios, associados à nova organização produtiva internacional, passaram a ser estudados sob as categorias analíticas da sustentabilidade e da endogenia.

O desenvolvimento sustentável centra sua atenção na relação dos homens com a natureza, preconizando a utilização racionalizada dos estoques de recursos naturais (NIJKAMP et alii 1990). A grande preocupação de seus estudiosos volta-se para as gerações futuras e a necessidade de políticas que preconizem um desenvolvimento harmonioso e, prioritariamente, sustentável nos períodos posteriores (GUIMARÃES, 1994).

A teoria do desenvolvimento endógeno está centrada na questão regional, apresentando as maiores contribuições para a problemática das desigualdades regionais e os melhores instrumentos de políticas para sua corre-

ção. A contribuição da teoria endogenista foi identificar que fatores de produção atualmente decisivos, como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições eram determinados dentro da região e não de forma exógena, como até então era entendido.

A região, nesse caso, passa a ser vista como um conjunto de objetos organizados pelo modo de produção capitalista e que, ao mesmo tempo em que, dialeticamente, aparenta escapar à lógica da globalização homogeneizante, também serve como base de sua sustentação. Esta contradição evidencia um fosso entre exclusão e inclusão, que por sua vez geram excedentes de capital e de poder por um lado, e barbárie ou miséria, por outro.

Os problemas decorrentes dos desníveis de desenvolvimento regional são decorrentes do próprio processo de expansão do capital. Assim as áreas especializadas em produtos de exportação, em conseqüência do investimento de capitais estrangeiros, crescem economicamente nos setores atingidos por esses capitais, atraindo novos habitantes, obtendo elevada renda *per capita*, e se distanciando das áreas dedicadas a outras atividades econômicas, sobretudo de subsistência (ANDRADE, 1987 p. 19).

Segundo Antonio Filho (2002, p.10-11) há quase um consenso em se considerar os produtos criados pela tecnologia moderna, benéficos e responsáveis pela melhoria da qualidade de vida do homem. Mas há consenso igual de que uma parte considerável (se não a maioria) da humanidade não se beneficia desses produtos, pelo menos de forma direta.

O autor indaga: "para quem a globalização é benéfica?" E ele mesmo responde: "os grandes beneficiários, sem dúvida, são as grandes corporações transnacionais da indústria e do capital financeiro e quem tem os meios econômicos para produzir, comprar ou ter acesso aos produtos e serviços globalizados"

Segundo Levi (2003, p.197), os pós-modernos partem da idéia de que a grande lição do século XX é que as verdades absolutas são falsas e que o progresso não existe. Partindo dessa idéia, surge um discurso que aponta a cultura atual em função de uma ruptura com a modernidade; um discurso que engloba uma série de posturas artísticas, acadêmicas e intelectuais em torno da desilusão ante a idéia de evolução da humanidade.

Ainda segundo a autora, a percepção do mundo atual não coincide com a grande esperança e ilusão na tecnologia, no progresso, na ciência e na

razão que havia antes da Primeira Guerra Mundial. Com a pós-modernidade sobreveio um desencantamento e uma falta de confiança, que surgiu como conseqüência do uso que o ser humano fez do conhecimento para a destruição dele mesmo e da natureza (LEVI, 2003 p.197).

Esta atual configuração do mundo apresenta uma interface que tem sido caracterizada por seu rápido, dinâmico e generalizado processo de integração espacial abrangendo elementos econômicos, políticos, culturais, sociais e ambientais. Nessa nova reestruturação surgem ocupações cada vez mais especializadas, como também há o aumento da informalidade arrastando um enorme contingente de excluídos de toda sorte, inclusive das novas tecnologias.

As novas tecnologias da informação e comunicação

Os adeptos do mundo virtual estão convencidos de que, na sociedade da informação, as redes globais de infra-estrutura de comunicação, exploradas pelos grandes grupos econômicos internacionais, serão instrumentos decisivos para a promoção da democracia, do desenvolvimento e da solidariedade, bem como para solucionar as grandes desigualdades sociais em nosso planeta.

O novo paradigma das tecnologias da informação é considerado por Castells como a base material para a expansão penetrante de redes em toda a estrutura da sociedade moderna. As redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de maneira substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura (CASTELLS, 1999, p. 497).

Com o advento da Internet, as redes que até então eram consideradas formas antigas de convivência humana, passaram a ter uma nova conotação, ao se transformarem em redes informacionais, revigoradas pelas telecomunicações e pela informática. E como bem salientou Raffestin, (1993, p.205) elas são flexíveis:

> A rede aparece, desde então, como fios seguros de uma rede flexível que pode se moldar conforme as situações concretas e, por isso mesmo, se

> deformar para melhor reter. A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta às variações do espaço e às mudanças que advêm no tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o instrumento por excelência do poder.

Os efeitos significativos dessas redes de telecomunicação são esperados não somente no âmbito do mercado, mas também na sociedade, na cultura e nas instituições políticas. Não há dúvidas de que as redes eletrônicas transformam as dimensões de tempo e espaço. A informação é transmitida em tempo real e pode estabelecer contatos instantâneos, independentemente da distância espacial. "Toda rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes" (RAFFESTIN 1993, p.157).

Para Raffestin (1993, p.201), "o ideal do poder é agir em tempo real" Em sua opinião, "se a distância de circulação e comunicação tendesse para a igualdade, o poder não estaria longe de ser absoluto e toda tentativa totalitária encontraria ali um ponto de apoio para controlar o mundo" A comunicação experimenta desta realidade em tempo real e tem revolucionado a mídia como um todo. A transmissão em tempo real de eventos como as guerras e os fenômenos catastróficos da natureza, entre outros, são exemplos de como é fantástico este poder, o que não acontece com a circulação.

De acordo com Santos (1994, p.16):

> As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas parte do espaço e o espaço de alguns.

A comunicação em rede garante, em princípio, um acesso universal, confortável, não-filtrado e de baixo custo às informações e processos políticos

globais. Entretanto, o potencial democrático específico da internet baseia-se em sua estrutura não-hierárquica e cibernética que, em princípio, favorece a interatividade.

A interatividade proporcionada pelas novas tecnologias da informação e comunicação somente é homogênea virtualmente, pois na realidade tais tecnologias existem de fato, mas o acesso a elas não é linear e nem uniforme. A maioria da população, principalmente dos países pobres ou ditos "em desenvolvimento" ainda se encontra fora da grande rede. O acesso é pequeno, dado à precariedade das redes e dos serviços e às altas taxas cobradas pelos provedores de acesso de banda larga e discadas nos diversos países, sem contar que a cobertura desses serviços, no caso do Brasil, se dá de forma excludente, elegendo apenas algumas parcelas do território que interessam ao capital financeiro global, devido aos fluxos, especialmente, de capital.

Outro fator limitante à participação democrática e plena da sociedade na grande rede é que ainda existem milhões de pessoas analfabetas espalhadas no país, sem contar os analfabetos funcionais e digitais, ainda sem dados estatísticos precisos, mas que já somam milhões e milhões.

As projeções dos grandes grupos econômicos e financeiros quanto às redes são otimistas, pois a informatização para eles está em todo lugar, do local ao global, basta uma antena receptora, um computador portátil e pronto, está feita a conexão ao mundo via satélite.

Segundo Toledo Junior (2003), o principal nó das redes de telecomunicações brasileiras encontra-se na capital do estado de São Paulo – lugar por onde passam todas as redes de comunicação de alta capacidade e de longa distância, tanto nacionais quanto internacionais. Ainda segundo este autor, o Estado de São Paulo se relaciona com os mais próximos através de redes de fibra óptica.

> Todas as empresas concessionárias de telecomunicações fazem prioritariamente uma ligação com a cidade do Rio de Janeiro e em segundo lugar, com Belo Horizonte. Outras capitais são incluídas de acordo com os interesses das empresas e a proximidade com São Paulo. Seguem-se então ligações com Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis, entre outras.

Muito embora a metrópole de São Paulo concentre os nós principais da rede no Brasil, não podemos deixar de destacar a importância da região metropolitana do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte no Sudeste, Porto Alegre no Sul, Salvador e Recife no Nordeste e Brasília no Centro-Oeste, dentre outras.

O espaço geográfico mundializado tornou-se cognoscível em sua subtotalidade material e cada um de seus pontos se tornou, potencialmente, comunicável com todos e quaisquer outros pontos. O desenvolvimento do meio técnico científico e informacional possibilitou ao homem conhecer melhor o território e poder planejar melhor as suas ações.

Segundo Massey (2000, p.177),

> Muito do que se escreve sobre o espaço, o lugar e os tempos modernos enfatiza uma nova fase do que Marx uma vez denominou a aniquilação do espaço pelo tempo'. Discute-se – ou, mais usualmente, afirma-se – que esse processo atingiu um novo impulso, alcançou um estágio novo. Trata-se de um fenômeno que foi chamado de 'compressão de tempo-espaço E a aceitação geral de que algo desse tipo está acontecendo é marcada pelo uso quase obrigatório, na literatura, de termos e expressões tais como aceleração' aldeia global' 'superação de barreiras espaciais' 'ruptura dos horizontes', e assim por diante.

Continuando a sua explanação, a autora sustenta que "é o capitalismo e seu desenvolvimento que determinam nossa compreensão e nossa experiência do espaço" Segundo ela, "o que está acontecendo é que a geografia das relações sociais está mudando" Ou seja, "essas relações estendem-se cada qual cheia de poder e com estruturas internas de dominação e subordinação, estendem-se pelo planeta em todos os diferentes níveis, da família à área local e até à internacional" Esse conjunto de relações (fluxos de bens e pessoas) resulta na quebra de barreiras e na compressão tempo-espaço.

Estamos vivendo, sem dúvida, um novo paradigma: uma sociedade em rede, como denominou Castells. As cidades passam a se comunicar com o global e vice-versa, sem necessariamente passar pelo regional ou nacional. Ao mesmo tempo em que isso se configura como um aspecto salutar, pois cria competitividade entre os lugares, torna-se um perigo, pois cria a tão propalada "guerra dos lugares" ou "guerra fiscal"

O capital se apropria de um lugar da mesma forma como o descarta, não se importando com as suas especificidades, pois o que importa é o lucro que pode se tirar daquele lugar. De acordo com Carlos (1993), é no lugar onde emerge a vida, pois é aí que se dá a unidade da vida social. "Cada sujeito se situa num espaço concreto e real onde se reconhece ou se perde, usufrui e modifica, posto que o lugar tem usos e sentidos em si"

Contrariando essa corrente, alguns lugares têm se especializado em serviços estratégicos, como é o caso da cidade de São Paulo, e não se submetem às chantagens do capital do tipo que pedem isenção de impostos, entre outras vantagens, pois do seu território emana autoridade. Outros lugares, com pouca ou nenhuma especialização, estão à mercê do capital, submetendo-se aos seus caprichos e entrando desesperados nessa disputa global.

O peso e a importância que o lugar adquire neste novo cenário mundial em rede dependem da sua especialização e do seu poder de barganha. Não é à toa que os grandes centros de excelência em pesquisa localizam-se nas cidades que abrigam estes nós. São as tecnologias da informação que estabelecem a ligação de cada lugar com o mundo, mediado pela formação socioespacial.

De acordo com Dias (2003, p.142), nossa época conheceu uma aceleração do ritmo da inovação em vários campos: 1) avanços na engenharia de sistemas elétricos já permitem transmissão de grandes blocos de energia a longas distâncias; 2) a associação das técnicas de telecomunicação às de tratamento de dados fizeram com que as redes de telecomunicações adquirissem uma potência muito grande. "As distâncias se contraem e se anulam pelo fato da instantaneidade das transmissões, e as informações produzidas a cada segundo são tratadas e encaminhadas num tempo cada vez mais reduzido" Tal é o sentido dos bits, kilobits e megabits.

Ainda segundo Dias (2003, p.150), as qualidades dessa instantaneidade e da simultaneidade proporcionadas por essas redes de telecomunicações deram livre curso a todo um jogo de novas interações. Foi neste período que

os bancos lançaram mão desse aparato informacional e aproveitaram-se da infra-estrutura e se firmaram como grandes redes.

Dias (2003, p.154) argumenta que essas redes, em escala nacional e global se integram e criam uma ordem; pois é através delas que as grandes empresas se articulam, ao passo que em escala local elas causam desordem, pois não integram e acabam aumentando a exclusão social pelo processo de marginalização dos centros urbanos, que tiravam as suas forças da proximidade geográfica e alterando o mercado de trabalho.

Os benefícios do avanço nas telecomunicações são inquestionáveis, tanto do ponto de vista científico, econômico, quanto social. O grande problema é espacializar tais benefícios. O grande avanço no campo das telecomunicações se deu a partir da década de 1970 e, sobretudo, com a digitalização das redes telefônicas, que além de permitir um aumento significativo da capacidade e da velocidade das transmissões, ampliou a sua qualidade e, acima de tudo, possibilitou o uso múltiplo das redes.

O contraditório reside no fato de que o acesso a tais tecnologias é seletivo e excludente. Muito embora todo o globo esteja coberto estrategicamente pelas grandes redes de fibra óptica e de satélites, o acesso a elas não se dá de forma homogênea por todos os territórios e as informações que trafegam por elas são estrategicamente de controle das grandes corporações e do aparelho do Estado, e é privilégio de poucos.

Embora as redes estejam presentes na vida de todos, nem todos têm acesso a elas. E quando têm o acesso, esse não se dá de forma igual para todos, existe uma hierarquização, sem falar em quem controla esta rede, que, de acordo com Santos (1994, p.18), é o mundo. Mundo entendido por ele como sendo o mercado, "que ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas. Mercado das coisas, inclusive da natureza; mercado das idéias, inclusive a ciência e a informação; mercado político"

Apesar de todas as mudanças proporcionadas pelo avanço da técnica, ainda existem muitas desigualdades, foi o que apontaram CAMPOS et alii (2003) sobre alguns indicadores da exclusão social no Brasil, salientando que de 1980 a 2000 houve um aumento de 11% no país. Nessas duas décadas, o número de excluídos passou de 51 milhões (42,6% da população de 120 milhões de habitantes) para 80 milhões (47,3% da população de 170 milhões). O aumento do desemprego e da violência também foi um dos principais fato-

res que contribuíram para o crescimento da exclusão social no país. A Educação foi o único setor que apresentou melhoria.

Na tentativa de minimizar os efeitos negativos da exclusão é que a inclusão digital tem sido proposta; ela é um dos principais temas em discussão na sociedade civil, nas instituições e no governo dos países de todo o mundo, inclusive os da América Latina. O foco principal da abordagem diz respeito a uma maior democratização da Internet nos países menos desenvolvidos. A inclusão digital é uma das mais urgentes medidas que os governos devem tomar na busca pela inclusão social de grande número de pessoas marginalizadas no processo informacional e de comunicação.

O CARÁTER INCLUDENTE/EXCLUDENTE DAS REDES

Muito embora o discurso do governo e das grandes empresas desse setor seja de que as telecomunicações associadas à informática diminuiriam as distâncias e uniriam as pessoas, nota-se que nem todas têm acesso a essas novas tecnologias. A tecnologia é excludente e o grande beneficiário é o capital, que fica com as informações estratégicas que garantem o lucro e a exploração.

A população, sem dúvida, foi beneficiada, mas somente, e tão-somente uma parcela da população que tem acesso aos terminais de informática a às inovações proporcionadas pela junção da informática com a telecomunicação. Os demais são os excluídos, que já somam milhões neste país.

De acordo com Castillo (2003, p.181):

> Numa sociedade de classes, o espaço geográfico tende a ser construído de acordo com os projetos dos agentes hegemônicos da economia e da política, comprometendo, assim, as possibilidades do exercício da cidadania para a maior parcela da sociedade. O espaço geográfico torna-se uma instância de reprodução da desigualdade.

O relatório NORA-MINC (1978 apud DIAS, 1995, p.155) ressalta como era tratada a questão da informática na sua fase inicial, nas décadas de 1960 até início dos anos de 1970. Segundo este relatório:

> A informática tinha um estatuto *particular* no interior das grandes organizações: *isolada* porque ela se apoiava em máquinas reunidas num mesmo lugar; *centralizada*, pois ela trazia de volta todas as informações dos usuários; *traumatizante*, enfim, pois ela fornecia um produto acabado após uma operação que tinha todas as aparências da alquimia.

Nos anos de 1970, de acordo com Dias (2003), ela adquire uma especificidade, pela introdução dos microcomputadores e pela utilização das redes em tempo real.

> A unidade central e os arquivos se situam no interior de um complexo sistema cujos pontos de acesso se multiplicam e onde os terminais cada vez mais numerosos dialogam entre si e com os computadores centrais (NORA-MINC 1978 apud DIAS, 1995, p.155).

Dias (2003) trata, em sua pesquisa, de uma terceira fase, inaugurada nos anos 1980 e definida pela capacidade de análise instantânea dos dados. São dados cada vez mais sendo transformados em informação. Ele cita que o casamento entre informática e telecomunicações está no cerne dos debates pluridisciplinares que deram lugar à difusão de algumas teses que giram em torno da sua capacidade virtual de anular o espaço e de transformar o território (VIRILIO, 1977; BRESSAND e DISTLER, 1985). N a contramão dessa tendência, outros autores mostram como certo "delírio analítico" impregnou a sua reflexão sobre as incidências das redes sobre o espaço (CURIEN e GENSOLLEN, 1985, HARVEY, 1989; BEGAG, CLAISSE e MOREAU, 1990; DIAS, 1991).

A introdução da teleinformática põe em movimento todo um jogo de interações, a partir do qual não é fácil prever as conseqüências. As redes integram desigualmente os territórios, seguindo o peso das atividades econômicas preexistentes. No lugar de abrir os ferrolhos, ela pode favorecer a rigidez e o peso de antigas solidariedades.

Dias 1996, p.123), ao analisar a rede de telecomunicação e sua integração no território brasileiro, nos diz que "sem dúvida a rede passou a integrar virtualmente todos os municípios" Virtualmente todos os municípios e pessoas foram integrados à grande rede, contudo, continua a autora, "a evolução dos serviços apontam para um quadro de desigualdades – tanto de acesso quanto de ritmo de crescimento dos diferentes serviços"

A dificuldade de acesso às informações está atrelada à falta de infraestrutura, fazendo com que haja um aumento nas tarifas de telefonia, dificultando ainda mais o acesso por parte da população de baixa ou nenhuma renda, que já são penalizadas pelo sistema e que mal ganham para a sua subsistência. Estas pessoas acabam ficando excluídas do acesso e marginalizadas do processo informacional por onde caminha este século.

Castillo (2003, p.185) afirma que "o mundo baseado na informação é, na verdade, mais seletivo e hierarquizado do que jamais o foi. A própria concepção dos sistemas técnicos denuncia seu atrelamento à lógica da competitividade capitalista"

Nota-se, pela distribuição dos investimentos, que alguns pontos isolados do território interessam ao capital, como foi o caso de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife na década de 1990, com a implantação de enlaces locais, em fibra óptica, com tecnologia digital. Tal distribuição retrata a exclusão digital instalada no país, uma vez que, com a saída do sistema TELEBRÁS, as empresas só visam o lucro e não se interessam por todo o território nacional.

Uma simples olhada no mapa da distribuição das redes de telecomunicações dá para perceber que os grandes investimentos concentram-se nas grandes cidades litorâneas e em algumas cidades estratégicas. Existe um grande vazio no Norte e Nordeste e no interior do continente.

De acordo com Dias (1996, p.127), "o lugar que o Brasil reserva à teleinformática é revelador de uma sociedade plena de desigualdades" Em sua análise, grande parte da população permanece completamente excluída do processo de modernização pelo qual passou o país nos últimos anos. Segundo a autora, "entre 1985 e 1991 a utilização da rede TRANSDATA aumentou 604%, a telefonia de negócios 86% e a residencial apenas 20%"

Essa autora ainda chama a atenção para a forma excludente com que se dão os investimentos no setor de teleinformática no Brasil:

> Não é, portanto, excessivo afirmar que exclusão social e valorização econômica e espacial formam um par; elas constituem as duas faces do modelo brasileiro. Nesse sentido, os investimentos que privilegiaram as redes de transmissão de dados atenderam, antes de tudo, às exigências de poderosas organizações nacionais e internacionais, financeiras e industriais (DIAS, 1996, p.128).

Esta configuração permitiu o aparecimento de dois fenômenos concomitantes: a centralização do comando em alguns raros pontos do território e a dispersão das atividades bancárias, manufatureiras, agrícolas e minerais sobre o conjunto do território.

A região metropolitana de São Paulo se impôs como o principal nó da rede, seguida pela região metropolitana do Rio de Janeiro, cuja capacidade de produzir, coletar, armazenar e distribuir as informações representa um terço da capacidade da metrópole paulista. Porto Alegre, Belo Horizonte e Brasília se situam a um terço da capacidade do Rio de Janeiro e o quarto nível é representado pelas duas mais importantes metrópoles do Nordeste – Salvador e Recife.

Dias (1996, p.139) conclui a sua análise ressaltando que:

> A capacidade das redes-suporte em integrar todos os pontos do espaço é apenas virtual; com efeito, ela só se concretiza no momento de instalação das redes-serviço. Ora, o caso brasileiro aponta para um paradoxo: a densidade telefônica permaneceu fraca e vem até decrescendo nos últimos anos, enquanto as redes de transmissão de dados conhecem um desenvolvimento impressionante.

Assim, as redes trazem em si uma dualidade, pois ora incluem e ora excluem. Tal inclusão ou exclusão depende da escala observada. Se analisarmos em escala nacional e global, por exemplo, as redes integram as grandes corporações; se analisadas a partir de uma escala local, elas excluem, marginalizam cidades e grupos do acesso às novas tecnologias.

A INCLUSÃO DIGITAL COMO SUBSÍDIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL/REGIONAL

A inclusão digital como uma ferramenta para apoiar o desenvolvimento local/regional vem sendo pensada e discutida entre vários setores da sociedade. O número de excluídos tem sido alarmante. A cada ano, são excluídos de todas as empecíeis: excluídos do consumo, das escolas, da moradia, do campo, das universidades, entre outras formas de exclusão. Entende-se que na Era Informacional, a gama de excluídos digitalmente, aqueles incapazes de operar um microcomputador, um terminal de banco on-line etc. tem crescido, até mesmo entre os que são letrados.

Vitória da Conquista, situada na região administrativa do Sudoeste da Bahia, ocupando o status de terceira maior cidade do Estado, possuindo uma população de 274.016 habitantes (IBGE, 2003), não está fora do contexto das transformações que vêm ocorrendo no Brasil e no mundo no tocante às novas tecnologias.

Embora venha se destacando no cenário nacional e estadual e se afirmando como pólo de desenvolvimento regional e centro polarizador de mais de uma centena de municípios da região e dos estados de Minas Gerais (Norte), Espírito Santo e Goiás, também tem suas contradições.

O desenvolvimento socioeconômico de Vitória da Conquista teve seu marco inicial com a implantação da BR 116, importante rodovia federal que corta a cidade ao meio – sentido Norte/Sul – funcionando como principal via de escoamento da produção da região. Também cortam a cidade as rodovias estaduais, formando assim um entroncamento rodoviário importante para o fluxo de mercadoria e serviço da região.

A década de 1970 deu início, em Vitória da Conquista e região, a um novo ciclo econômico marcado, principalmente, pela expansão da atividade cafeeira, impulsionando os setores do comércio e dos serviços, justificando assim a implantação do Distrito Industrial dos Imborés, que passou a contribuir com a receita do município.

O desenvolvimento dos sistemas econômico-financeiro e social, associado à prestação de serviços, principalmente nas áreas de saúde, educação e da rede bancária tem contribuído para alavancar o desenvolvimento local/regional na fase atual.

A forma rápida de crescimento experimentada pela população da cidade de Vitória da Conquista nas últimas décadas tem atraído moradores de todas

as regiões, que vislumbravam uma vida melhor. Este crescimento mudou a dinâmica da cidade, que passou do anonimato para uma posição de destaque no cenário regional e nacional.

Isto proporcionou o fortalecimento dos diversos setores da economia local, a exemplo do comércio, dos serviços nas áreas de saúde e educação, principalmente educação superior, que tem atraído empresários de diversas partes do Brasil.

O município vem se especializando em educação superior e saúde e por conta disso, oferece uma mão-de-obra cada dia mais qualificada, abrindo assim novos postos de trabalho. Um forte indicador de tal crescimento é a retomada do setor imobiliário na cidade, com a abertura de novos bairros e a verticalização da cidade em áreas consideradas nobres, para abrigar os diversos profissionais liberais e estudantes que para lá estão sendo atraídos.

O setor de serviço de hotelaria, restaurantes, papelarias, provedores de internet e o comércio de forma geral têm experimentado tal crescimento. Grandes supermercados também têm sido instalados e também redes de lojas regionais e nacionais, no setor de eletrodoméstico.

Mas os benefícios de todo esse crescimento experimentado nas últimas décadas não têm sido espacializados e distribuídos de forma homogênea pela população, porque beneficia somente alguns poucos privilegiados. Existe um exército de excluídos, principalmente, no tocante às novas tecnologias de comunicação e informação.

Considerações Finais

Os geógrafos precisam resgatar alguns dos conceitos-chaves de sua disciplina, principalmente o de região, que tem sido negligenciado nas últimas décadas, dado a idéia homogeneizante de que a tão propalada globalização vem comprimindo o espaço e o tempo, sem falar das metáforas do fim do território e da região.

Atualmente temos assistido a uma série de debates e ensaios que pregam o fim da região e a chegada de um mundo globalizado e unificado pela técnica. Acontece que este fenômeno da globalização e da informatização só é homogêneo enquanto construção teórica e, portanto, virtual, e não se espacializa da mesma forma em todos os lugares.

Não se pode negar que a globalização está presente no dia-a-dia das pessoas e os seus efeitos têm causado desníveis regionais consideráveis. Na tentativa de mitigar tais efeitos é que têm surgido teorias tentando explicar tais fenômenos pois, as redes trazem em si uma dualidade, ora incluem e ora excluem. Tal inclusão ou exclusão depende da escala observada.

Estes desníveis são verificados em todas as áreas e setores da sociedade. Tomando como exemplo as novas tecnologias da informação e comunicação os desníveis são alarmantes, pois os benefícios do desenvolvimento experimentado por Vitória da Conquista e região têm ficado restrito a poucos felizardos, detentores dos meios de produção.

A inclusão digital dos grupos que estão sendo excluídos nessa Era Informacional precisa ser mais bem estudada. Sem dúvida, será essa a contribuição da ciência para diminuir a exclusão, uma vez que hoje é praticamente impossível pensar em uma sociedade afastada das redes de computadores, das transações bancárias e das telecomunicações de um modo geral.

A inclusão digital, neste sentido, surge como proposta de fomentadora do desenvolvimento, pois fortalece a participação da população em debates de políticas públicas, na melhoria da administração dos recursos municipais e estaduais, dando suporte aos empresários de pequeno e médio porte, criando novas oportunidades de aprendizagem e permitindo comunicação fácil entre todas as organizações locais.

Urge, portanto, a retomada do direito à democratização das novas tecnologias, aí pensadas desde materiais até as simbólicas. São precisos investimentos em novas tecnologias, recursos de comunicação alternativos e aumentativos, assim como políticas de conscientização da sociedade como um todo e de investimentos voltados para a socialização destes recursos.

Toda essa discussão à luz da Geografia visa contribuir no sentido de melhor compreender as transformações que o espaço geográfico vem sofrendo ao longo do processo histórico e da formação territorial que deu origem às várias civilizações através dos tempos, até a presente configuração do espaço mundial.

Assim, pesquisar a espacialização e a regionalização da inclusão digital e o seu papel na sociedade como fomentadora do desenvolvimento regional, principalmente enfocando a universalização da informação de maneira mais eqüitativa e menos excludente é um desafio para os pesquisadores.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. *Espaço, polarização & desenvolvimento*: uma introdução à economia regional. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987

ANTONIO FILHO, Fadel David. *Globalização*: para quem? Geosul, Florianópolis, v.17 n.33, p.7-21 jan/jun, 2002.

BENKO, Georges & LIPIETZ, Alain (orgs.). *As regiões ganhadoras – distritos e redes*: os novos paradigmas da geografia económica. Portugal: Celta, 1994.

CAMPOS, André, et alii. *Atlas da exclusão social no Brasil*: Dinâmica e manifestação territorial. São Paulo: Cortez, 2003. Vol. 2

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar: mundialização e fragmentação. In: *Fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec, 1993.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. – (A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura; v. 1).

CASTILLO, Ricardo. Transporte e logística de granéis sólidos agrícolas: componentes estruturais do novo sistema de movimentos do território brasileiro. In: *Encuentro de geógrafos de América Latina, 9º* Merida, México: UNAM, 2003. CD-ROOM.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987

DIAS, Leila Christina. Redes Eletrônicas e novas dinâmicas do território brasileiro. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (org). *Brasil*: Questões Atuais da Reorganização do Território. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996, p.115-143.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: *Geografia*: conceitos e temas. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003, p. 141 161

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) *Geografia*: conceitos e temas. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003, p.49-76.

GUIMARÃES, Roberto P. (1994). El desarrollo sustentable: propuesta alternativa o retórica neoliberal. In: *Revista EURE*. Santiago de Chile, vol. XX, n.º 61 dez.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.. Disponível em <http://www.ibge.gov.br IBGE Cidades@> Acessado em 26/10/2003.

LEVI, Liliana López. Geografia cultural y posmodernidad: nuevas realidades, nuevas metodologías. In: OLIVEIRA, Patricia E. (org). *Espacio geográfico, epistemologia y diversidad.* México: UNAM, 2003.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio A. (org). *O espaço da diferença.* Campinas: Papirus, 2000. p.177-185.

NIJKAMP, Peter et al. Regional sustainable development and natural resource use. In: *Proceedings of the World Bank Annual Conference on Development Economics.* Washington: World Bank, 1990.

NONN, Henri. *Regiões, Nações.* Tradução de Maria Geane Bezerra da Silva e Josabeth Viana Leal. Recife: UFPE, 1998.

RAFFESTIN Claude. *Por uma geografia do poder.* Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, 1994. O retorno do território. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de e SILVEIRA, Maria Laura (org). *Território:* globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 15-20.

STORPER, Michael & SCOTT, Allen J. 1995). *The wealth of regions. Market forces and policy imperatives in local and global context.* In: Futures. Vol. 27 n.º 5.

TOLEDO JUNIOR, Rubens de. Telecomunicações e uso do território brasileiro. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org). *Território brasileiro:* usos e abusos. Campinas: Territorial, 2003, p.93-107